

**Relatório da Administração
31 de dezembro de 2023**

Estrutura Administrativa



Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Manoel Sérgio Sicchieri

Vice Presidente do Conselho de Administração

Luis Ricardo Meloni

Vogais

Ademir José Carota

Adilson Ernesto Sverzut

Alexandre Vanzella Moraes

Elisangela Carla Rossini

Marco Antônio Sarni

Diretoria Executiva

Carlos Henrique Bonifácio da Silva

Diretor Administrativo

Ana Paula Zanchetta

Diretora de Negócios

Conselho Fiscal

Flávio Ariel Tomazini

Juliano Bortoloti

Julio Gustavo Burin

Registros Legais

Registro no CNPJ sob nº 64.739.121/0001-32

Nire da Sede: 35400018810

Certificado de autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil sob nº 64.739.121

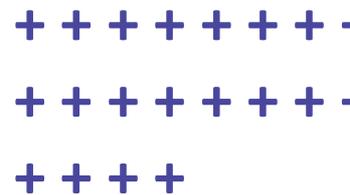
Registro na Jucesp – Inscrição Inicial sob nº: 35400018810 em 17/10/1990

Registro na Jucesp: AGO 21/03/2023 – Último Registro sob n.º 168.289/23-4 em 28/04/2023.

Registro na Jucesp: AGE 24/08/2022 – Último Registro sob n.º 657.050/22-2 em 11/11/2022.

Inscrição na Ocesp sob nº: 981

Inscrição na Cecresp sob nº: 150.



Prezado (a) associado (a),

É com grande satisfação e orgulho, na função de presidente do Conselho de Administração da Sicoob Cred Copercana, apresento com a convicção de dever cumprido, o Relatório Anual das Atividades da Diretoria Executiva referente ao exercício de 2023, consolidando nosso compromisso com a excelência e a prosperidade da nossa cooperativa.

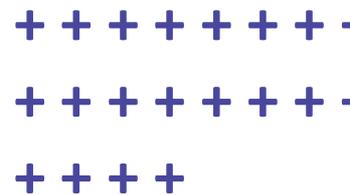
Enfrentamos desafios significativos, mas nossa resiliência, dedicação e trabalho árduo prevaleceram. Os resultados obtidos refletem a sinergia de nossos esforços coletivos, demonstrando a força da nossa união e a eficácia das estratégias implementadas.

No âmbito financeiro, celebramos o alcance das metas estabelecidas para o período. A gestão financeira responsável e transparente foi fundamental para o êxito, consolidando nossa posição sólida no mercado e fortalecendo a confiança dos nossos parceiros e associados. Destaco, igualmente, as iniciativas inovadoras que implementamos para promover o crescimento sustentável. Seja através de novas parcerias, investimentos estratégicos ou aprimoramentos em nossos processos internos, demonstramos nosso comprometimento com a evolução constante e a adaptação às demandas do mercado.

Além disso, não posso deixar de enaltecer o empenho de nossos colaboradores, Conselheiros e Diretoria Executiva cuja dedicação incansável foi fundamental para o sucesso alcançado. O compromisso de cada um, aliado à visão coletiva, fortaleceu a coesão interna e contribuiu para a construção de uma atmosfera de trabalho positiva e produtiva.

A transparência e a ética, valores intrínsecos à nossa cooperativa, continuam a guiar nossas ações. Em um contexto desafiador, mantivemos um padrão elevado de integridade, assegurando que cada passo dado estivesse alinhado com nossos princípios fundamentais.

Mensagem da Administração



Os números apresentados neste relatório não deixam dúvidas de que estamos no caminho certo. A Sicoob Cred Copercana fechou o ano de 2023, com sobras brutas de mais de R\$ 3,9 milhões. O capital social que era de R\$ 27.646.876,13 em 2022, teve um crescimento de 18%, passando a R\$ 32.418.328,09 em 2023. A cooperativa também cresceu na mesma proporção em patrimônio líquido, passando a R\$ 34.299.304,05 em 2023. E a credibilidade da cooperativa é refletida na evolução de seu quadro social, fechando o ano de 2023 com 5.014 cooperados.

Em conclusão, o ano de 2023 marcou mais um capítulo de sucesso em nossa história coletiva. Celebramos não apenas os resultados tangíveis, mas também a cultura de colaboração e comprometimento que nos define como uma cooperativa exemplar. Agradeço a cada um de vocês por sua contribuição valiosa e dedicação incansável.

Que o próximo ano nos reserve novos desafios e oportunidades para continuarmos crescendo juntos, sustentando o legado de excelência que é a marca da Sicoob Cred Copercana.

Manoel Sérgio Sicchieri
Presidente do Conselho de Administração



Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB CRED COPERCANA.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CRED COPERCANA é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 72,02% nos níveis de "AA" a "C".



5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECRESP e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.



No período de 31 de dezembro de 2023, o SICOOB CRED COPERCANA registrou o total de 13 (treze) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente aos produtos e serviços comercializados pela cooperativa. Das reclamações, 07 (sete) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	30,13	3.918.204,31	3.010.951,40

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	18,65%	5.014	4.226

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Comercial	5,97%	30.462.550,41	28.745.471,90
Total	5,97%	30.462.550,41	28.745.471,90

Relatório da Administração



Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de R\$ 23,38% da carteira, no montante de R\$ 7.163.767,13.

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	25,55%	6.591.307,56	5.249.858,44
Depósitos a prazo	4,98%	36.515.780,79	34.783.015,91
LCI	-27,57%	3.203.729,67	4.422.935,29
Total	4,17%	46.310.818,02	44.455.809,64

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de R\$ 31,50% da captação, no montante de R\$ 14.257.709,76.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
	16,41%	29.948.250,15	25.725.563,12



O planejamento estratégico representa uma abordagem estruturada para definir diretrizes e traçar caminhos que orientem as ações da Cooperativa. Este processo envolve uma análise minuciosa do ambiente interno da Cooperativa, bem como uma avaliação do ambiente externo, considerando fatores como conjuntura econômica e ações governamentais. O resultado desse esforço é a formulação de objetivos a serem alcançados, acompanhada da elaboração de um plano estratégico que delinea de maneira clara e objetiva a posição atual da Cooperativa e sua visão futura.

Dentre os objetivos prioritários que merecem destaque para a Sicoob Cred Copercana estão:

1. Ampliar os resultados (sobras) da cooperativa, implementando estratégias voltadas para o aumento da rentabilidade, otimizando processos internos e identificando oportunidades de crescimento nos diversos segmentos de atuação.

2. Aumentar o envolvimento e participação dos cooperados, desenvolvendo iniciativas que promovam a interação e engajamento dos cooperados, buscando sua participação ativa nas decisões e processos cooperativos.

3. Crescer a base de movimentação com a Sicoob Cred Copercana, fomentando o aumento da movimentação financeira dos associados, conscientizando-os de que a expansão de suas operações contribui diretamente para o fortalecimento e prosperidade da cooperativa.

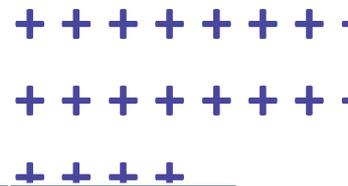
4. Disseminar valores e manter a competitividade do cooperativismo de crédito, investindo em ações de comunicação e educação cooperativista para promover os valores cooperativos entre os associados e a comunidade. Além disso, manter-se competitivo no mercado financeiro, oferecendo produtos e serviços alinhados às necessidades e expectativas dos cooperados.

Ao focar nesses objetivos, a Sicoob Cred Copercana busca não apenas fortalecer sua posição no mercado, mas também consolidar os princípios do cooperativismo, promovendo o crescimento sustentável e o benefício mútuo de seus associados.

Diante disso foi elaborado pelo Conselho de Administração as metas da Sicoob Cred Copercana para o período de 2023 a 2026.

	2024	2025	2026
Capital Social	R\$ 38.886.000	R\$ 56.842.628	R\$ 72.190.138
Depósitos Totais	R\$ 55.514.866	R\$ 75.685.313	R\$ 92.336.082
Operações de Crédito	R\$ 45.001.485	R\$ 57.478.522	R\$ 71.848.152
Sobras Brutas	R\$ 45.001.485	R\$ 57.478.522	R\$ 71.848.152
Ativo Total	R\$ 102.043.220	R\$ 138.327.941	R\$ 170.626.219

Ganho Social



Produtos	SFN	Cooperativa	Valor Economizado no período	
	Taxa Média Mensal	Taxa Média Mensal		
Juros	Cheque Especial PF	7,27%	5%	R\$ 278.029
	Empréstimos PF E PJ	5,51%	2%	R\$ 12.198.741
	Financiamento de Veículos	2,01%	1,60%	R\$ 311.017
	Cartão de Crédito Rotativo	14,81%	5,99%	R\$ 348.864
	Cartão de crédito Parcelado	8,51%	5,49%	R\$ 32.770
	Cheque Especial PJ	13,10%	5,07%	R\$ 85.613
Total Juros				R\$ 13.252.319
Tarifas	Tarifas PF (1)	R\$ 30,82	R\$ 12	R\$ 959.999
	Tarifas PJ (2)	R\$ 150,44	R\$ 0	R\$ 98.234
Total Tarifas				R\$ 1.058.234
Consórcios (3)	Imóveis	0,09%	0,04%	R\$ 125
	Veículos	0,17%	0,09%	R\$ 394
	Motos	0,27%	0,15%	R\$ 59
Total Consórcio		0%	0%	R\$ 579
Depósitos a Prazo	0,75%	1,02%		R\$ 1.416.650
Total Captação (4)		0%	0%	R\$ 1.416.650
Economia Total	0%	0%		R\$ 15.729.359
Sobras Acumuladas No Ano (5)		0%	0%	R\$ 3.818.805
Economia Total + Sobras Acumuladas no Ano	0%	0%		R\$ 19.548.164
Valor Economizado (Média por Cooperado Ativo)		0%	0%	R\$ 4.539

Fonte: Centro Cooperativo Sicoob, Banco Central do Brasil, SipagNet e RadarPag.

Nota: Taxas do SFN (média do período)/Não constam os produtos Seguros e Previdência, devido à impossibilidade de obtenção das taxas médias de mercado.

Elaboração: Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

(1) Tarifas SFN PF: as apurações de 12/2019 a 12/2022 consideram o valor médio do "Pacote Padronizado de Serviços III". A partir da apuração de 06/2023 passou-se a considerar o valor médio do "Pacote Padronizado de Serviços I, II, III e IV". Pacote Padronizado de Serviços conforme Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 15 de março de 2013.

(2) Tarifas SFN PJ: realiza-se a média dos valores dos pacotes de serviços para PJ do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander, excluindo-se as tarifas direcionadas ao segmento "grandes empresas".

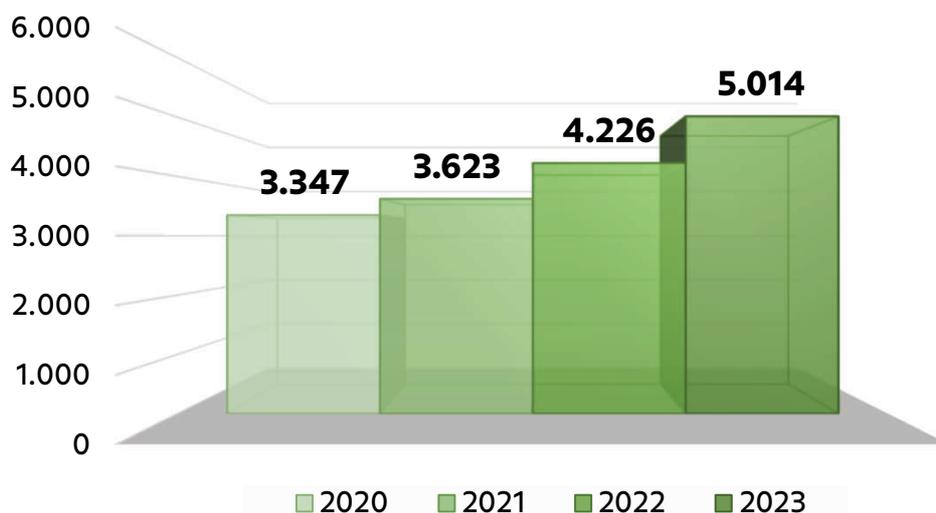
(3) Consórcios: os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência do indicador. Para efeito de cálculo, considera-se a taxa de administração mensal equivalente ao período analisado.

(4) Captação: as apurações de 12/2019 a 12/2022 consideram os valores de captação dos produtos RDC, CDI, LCA e LCI. A partir da apuração de 06/2023 passou-se a considerar os produtos de RDC, CDI, LCA, LCI e Poupança.

(5) Sobras: Dados preliminares a serem auditados. Sobras no ano sem as reservas de lucros, em alinhamento à metodologia do BCB para cálculo do indicador de Benefício Econômico do Cooperativismo.

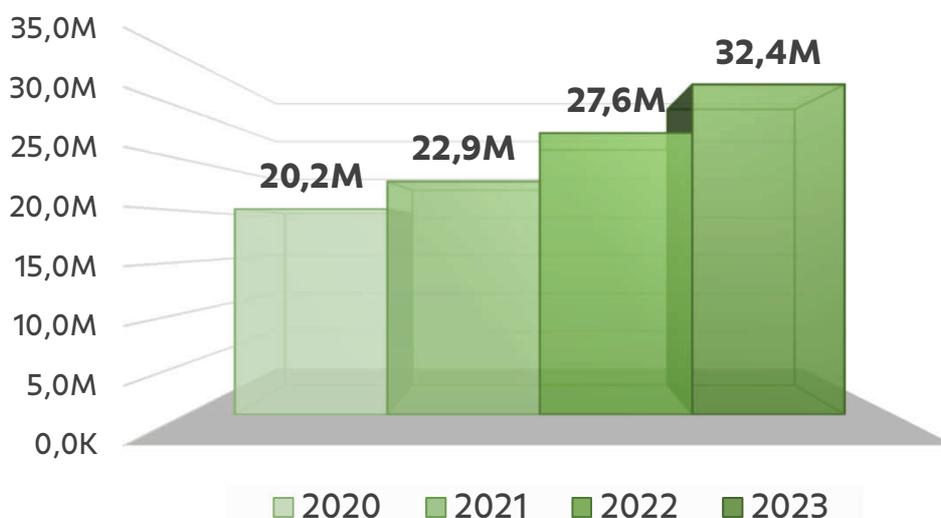
Quadro Social

Durante o exercício de 2023 foram admitidos 1.121 (um mil, cento e vinte e um) associados, tendo ocorrido 333 (trezentos e trinta e três) demissões. **Crescimento de 18%** (dezoito por cento) no número de associados a Cooperativa.



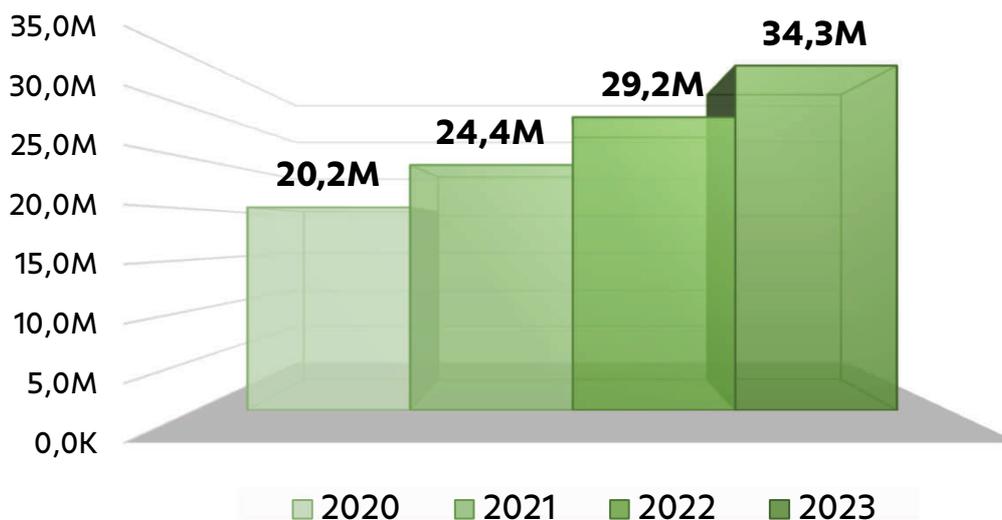
Capital Social

O Capital Social que era de R\$ 27.646.876,13 (vinte e sete milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e treze centavos) em 31/12/2022, passou a ser de R\$ 32.418.328,09 (trinta e dois milhões, quatrocentos e dezoito mil, trezentos e vinte e oito reais e nove centavos) em 31/12/2023, o que demonstra **um crescimento de 17%**.



Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da cooperativa em 31/12/2022 era de R\$ 29.167.689,63 (vinte e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscientos e oitenta e nove reais e sessenta e três centavos), passou a ser de R\$ 34.299.304,05 (trinta e quatro milhões, duzentos e noventa e nove mil, trezentos e quatro reais e cinco centavos) em 31/12/2023, apresentando **um crescimento de 17%**.



Pessoal

No exercício de 2023 houve admissão de 5 (cinco) funcionários e 6 (seis) demissões. Hoje a Sicoob Cred Copercana conta com 15 (quinze) funcionários registrados em folha de pagamento e 09 empresas de consultoria contábil, administrativa, auditoria e suporte de serviços.

Imobilizado

No exercício de 2023, a Sicoob Cred Copercana finalizou o ano com o valor total de imobilizado de **R\$ 177.037,45 (cento e setenta e sete mil, trinta e sete reais e quarente e cinco centavos)**.

Fundos Especiais

No encerramento do exercício de 2023, a distribuição dos fundos especiais foi realizada da seguinte forma:

Sociais e Estatutárias: R\$ 358.998,72

Reserva Legal: R\$ 1.533.080,51

Movimentação de Capital Social

As movimentações de capital da cooperativa no exercício de 2023, foram realizadas naquilo que permite o estatuto social, apresentando movimentação líquida de **R\$ 1.628.010,48 (um milhão, seiscientos e vinte e oito mil, dez reais e quarenta e oito centavos)**, representados:

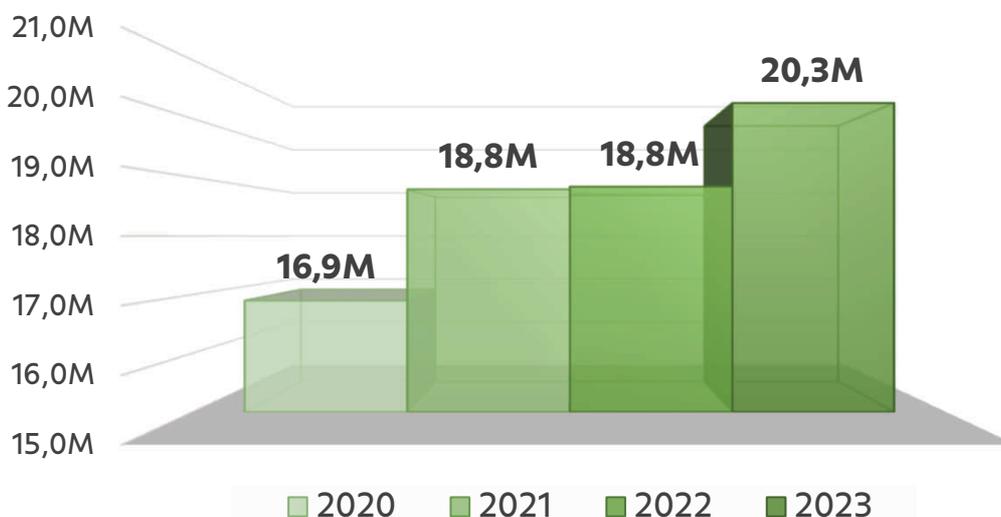
Integralizações: R\$ 3.895.238,25

Saídas de Capital: R\$ 2.267.227,77

Operações de Crédito

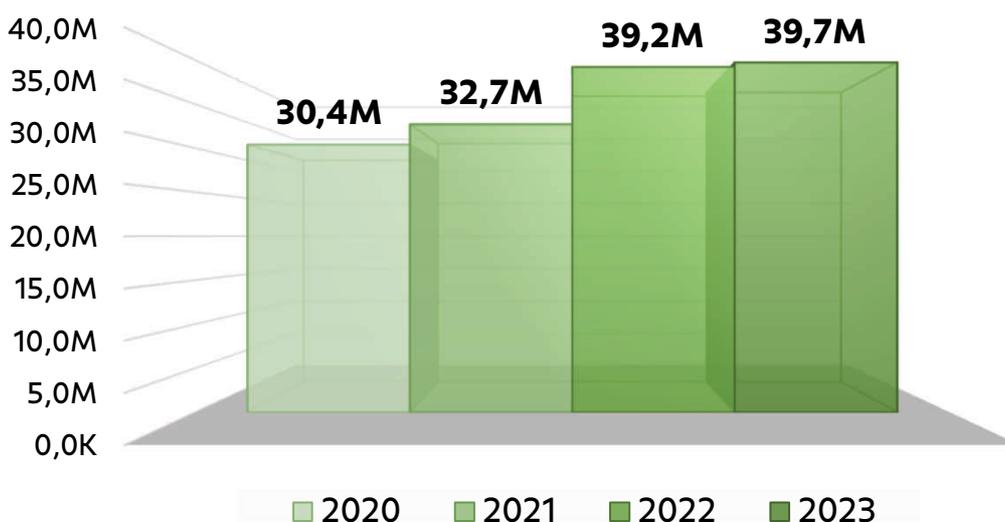
Finalidade Operação Crédito	Qtde.	Valores	% Participação
Antecipa FGTS Sicoob	1006	507.894,89	2,51%
Capital de Giro	9	555.843,74	2,74%
Cheque Especial	34	131.519,17	0,65%
Cred Adiantamento	19	152.805,26	0,75%
Cred Aplicação	16	222.012,59	1,10%
Cred Construção	26	481.514,63	2,38%
Cred Lar	16	108.204,74	0,53%
Crédito Pessoal	1686	10.876.007,09	53,68%
Crédito Social	9	33.397,82	0,16%
Crédito Sustentável	8	183.960,28	0,91%
Repactuação de Crédito	262	3.692.190,04	18,22%
Veículos	76	3.316.672,76	16,37%
	3.167	20.262.023,01	

Durante o ano de 2023, foram realizadas operações de crédito na cooperativa em um total de liberados em um total de R\$ 20.283.116,28 (vinte milhões, duzentos e oitenta e três mil, cento e dezesseis reais e vinte e oito centavos). Historicamente, a modalidade de crédito pessoal foi a mais procurada, totalizando um montante de 1.686 operações do montante total de 3.177 operações. **Crescimento de 7%** (sete por cento).



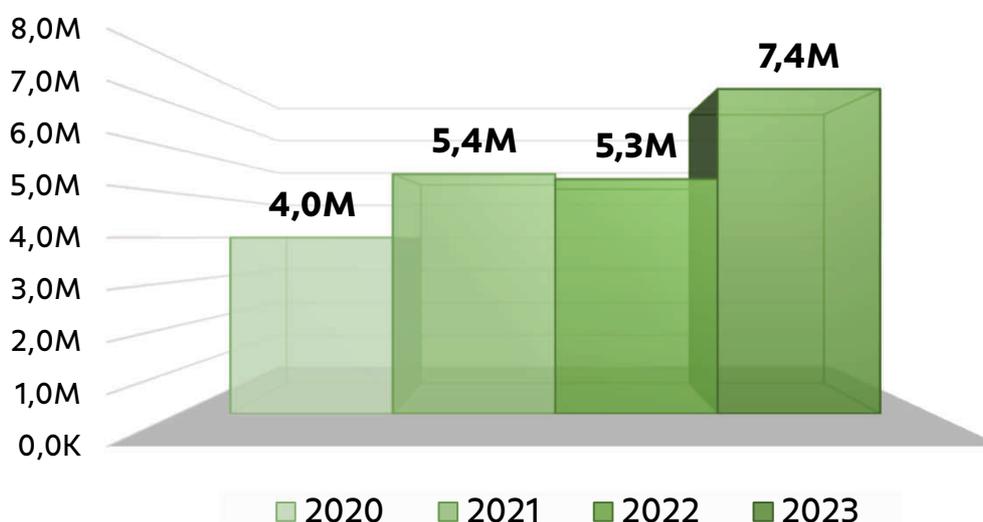
Depósitos a Prazo

Durante o ano de 2023, nossos cooperados realizaram aportes em aplicações financeiras junto a nossa cooperativa finalizando em 31/12/2023 com o valor de **R\$ 39.719.510,46 (trinta e nove milhões, setecentos e dezenove mil, quinhentos e dez reais e quarenta e seis centavos)** em depósitos à prazo.



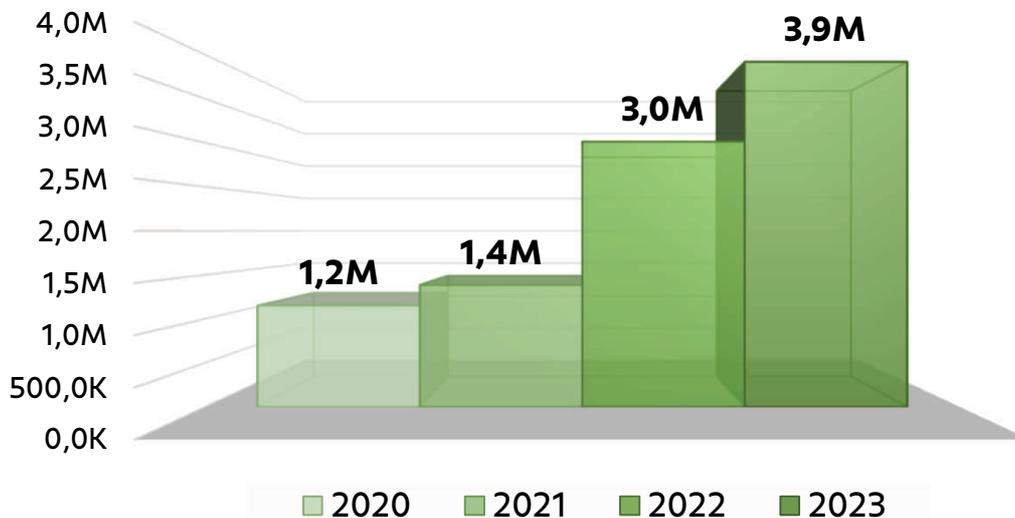
Depósitos à Vista

Durante o ano de 2023, nossos cooperados realizaram movimentações em suas contas correntes finalizando em 31/12/2023 com saldo médio de movimentações em com o valor de **R\$ 7.372.099,21 (sete milhões, trezentos e setenta e dois mil, noventa e nove reais e vinte e um centavos)**.



Sobras do Exercício

Sobras Acumuladas do Ano	3.918.204,31
FATES atos não cooperativos - Acumulado do Ano	(275.317,99)
Juros sobre o capital - Acumulado do Ano	(3.691.658,57)
Reversão de Dispêndio de FATES - Social - Acumulada do Ano	545.765,75
Sobras Brutas para Destinação Estatutária	496.993,50
Destinação 20% para Fundo de Reserva	(99.398,70)
Destinação 10% para Fates	(49.699,35)
Sobras a Disposição da AGO	347.895,45





BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores em Reais (R\$)			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		82.510.674,00	75.420.326,79
DISPONIBILIDADES	4	484.472,73	328.085,06
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		85.412.907,21	77.615.870,88
Títulos e Valores Mobiliários	5	54.359.606,17	48.466.497,09
Relações Interfinanceiras		225.447,19	250.122,04
Centralização Financeira	4	225.447,19	250.122,04
Operações de Crédito	6	30.462.550,41	28.745.471,90
Outros Ativos Financeiros	7	365.303,44	153.779,85
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(3.625.478,93)	(2.776.560,29)
(-) Operações de Crédito	6	(3.462.709,25)	(2.717.890,52)
(-) Outras	7.1	(162.769,68)	(58.669,77)
OUTROS ATIVOS	8	61.735,54	27.171,88
IMOBILIZADO DE USO	9	397.855,70	403.511,63
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	9	(220.818,25)	(177.752,37)
TOTAL DO ATIVO		82.510.674,00	75.420.326,79
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		82.510.674,00	75.420.326,79
DEPÓSITOS		43.107.088,35	40.032.874,35
Depósitos à Vista	10	6.591.307,56	5.249.858,44
Depósitos a Prazo	10	36.515.780,79	34.783.015,91
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.255.724,18	4.432.717,18
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11	3.203.729,67	4.422.935,29
Outros Passivos Financeiros	12	51.994,51	9.781,89
PROVISÕES	13	282.539,38	252.757,66
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	14	372.475,80	278.643,83
OUTROS PASSIVOS	15	1.193.542,24	1.255.644,14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.299.304,05	29.167.689,63
CAPITAL SOCIAL	16.a	32.418.328,09	27.646.876,13
RESERVAS DE SOBRES	16.b	1.533.080,51	1.394.282,73
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	16.d	347.895,45	126.530,77
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		82.510.674,00	75.420.326,79

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS				
Valores em Reais (R\$)				
	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.298.075,80	12.376.553,95	10.204.131,22
Operações de Crédito	18	3.379.100,00	6.528.613,77	5.559.458,81
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	19	2.918.975,80	5.847.940,18	4.644.672,41
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.237.895,60)	(6.626.748,67)	(5.370.940,13)
Operações de Captação no Mercado	20	(2.425.784,31)	(4.984.643,30)	(4.215.130,65)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	20	(812.111,29)	(1.642.105,37)	(1.155.809,48)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.060.180,20	5.749.805,28	4.833.191,09
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(563.695,40)	(1.630.445,08)	(1.586.294,97)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	21	574.168,68	994.774,20	615.195,08
Rendas de Tarifas	22	286.513,64	555.748,85	464.977,07
Dispêndios e Despesas de Pessoal	23	(975.321,89)	(1.898.609,73)	(1.468.094,28)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	24	(830.635,73)	(1.729.265,59)	(1.660.950,37)
Dispêndios e Despesas Tributárias	25	(23.866,43)	(58.877,63)	(43.002,60)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	26	1.085.186,71	1.581.343,58	967.584,14
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	27	(679.740,38)	(1.075.558,76)	(462.004,01)
PROVISÕES		(54.602,80)	(29.781,72)	(109.571,73)
Provisões/Reversões para Contingências	28	-	-	14.856,56
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	(54.602,80)	(29.781,72)	(124.428,29)
RESULTADO OPERACIONAL		2.441.882,00	4.089.578,48	3.137.324,39
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	29	-	(1.188,02)	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.441.882,00	4.088.390,46	3.137.324,39
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(10.418,80)	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados	30	-	(5.209,40)	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados	30	-	(5.209,40)	-
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	31	(64.984,30)	(159.767,35)	(126.372,99)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.376.897,70	3.918.204,31	3.010.951,40

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Valores em Reais (R\$)				
	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.441.882,00	4.088.390,46	3.137.324,39
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(483.528,11)	(483.528,11)	(365.237,94)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	(97.261,27)	(33.280,83)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		812.111,29	1.642.105,37	1.155.809,48
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		54.602,80	29.781,72	124.428,29
Provisões/Reversões para Contingências		-	-	(14.856,56)
Depreciações e Amortizações		26.014,16	52.345,01	41.174,29
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		2.851.082,14	5.231.833,18	4.045.361,12
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		(3.529.975,80)	(4.855.939,34)	(8.142.671,06)
Operações de Crédito		(1.862.075,74)	(2.364.774,12)	(4.132.628,69)
Outros Ativos Financeiros		(118.786,42)	(357.014,71)	1.379.978,47
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		-	-	6.290,87
Outros Ativos		(6.402,50)	(34.563,66)	17.808,70
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		2.035.591,43	1.341.449,12	874.165,15
Depósitos a Prazo		966.663,39	1.732.764,88	4.583.620,86
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		(786.106,66)	(1.219.205,62)	1.934.414,68
Outros Passivos Financeiros		21.716,48	42.212,62	(11.619,12)
Provisões		-	-	(1.463.485,90)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		301.464,69	93.831,97	207.145,13
Outros Passivos		(3.954.640,01)	(3.913.527,82)	(3.284.665,60)
FATES - Atos Cooperativos		(49.699,35)	(49.699,35)	(18.075,83)
FATES - Atos Não Cooperativos		(275.317,99)	(275.317,99)	(274.194,84)
Reversão/Realização de Fundos		545.765,75	545.765,75	410.973,76
Imposto de Renda Pago		-	(5.209,40)	-
Contribuição Social Pago		-	(5.209,40)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(3.860.720,59)	(4.092.603,89)	(3.867.582,30)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Valores em Reais (R\$)				
	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo		-	68.174,59	33.280,83
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo		-	29.086,68	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		483.528,11	483.528,11	365.237,94
Aquisição de Imobilizado de Uso		-	(3.623,20)	(93.481,55)
Aquisição de Investimentos		(600.529,88)	(1.037.169,74)	(760.120,37)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(117.001,77)	(460.003,56)	(455.083,15)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.951.765,77	3.897.217,47	3.520.605,76
Devolução de Capital aos Cooperados		(1.201.990,92)	(2.433.665,74)	(1.476.099,65)
Estorno de Capital		-	-	(3.306,31)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(125.555,11)	(169.879,88)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.306.924,57	3.306.924,57	2.727.772,41
Outros Eventos/Reservas		39.399,08	39.399,08	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		4.096.098,50	4.684.320,27	4.599.092,33
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		118.376,14	131.712,82	276.426,88
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		591.543,78	578.207,10	301.780,22
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		709.919,92	709.919,92	578.207,10
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		118.376,14	131.712,82	276.426,88

Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em Reais (R\$)

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021		22.902.169,74	(24.941,00)	1.358.131,08	170.555,06	24.405.914,88
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		675,18	0,00	0,00	(170.555,06)	(169.879,88)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		3.536.928,76	(16.323,00)	0,00	0,00	3.520.605,76
Por Devolução (-)		(1.476.099,65)	0,00	0,00	0,00	(1.476.099,65)
Estorno de Capital		(3.306,31)	0,00	0,00	0,00	(3.306,31)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	410.973,76	410.973,76
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	3.010.951,40	3.010.951,40
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(2.966.972,07)	(2.966.972,07)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.727.772,41	0,00	0,00	0,00	2.727.772,41
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	36.151,65	(36.151,65)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(18.075,83)	(18.075,83)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(274.194,84)	(274.194,84)
Saldos em 31/12/2022		27.688.140,13	(41.264,00)	1.394.282,73	126.530,77	29.167.689,63
Saldos em 31/12/2022		27.688.140,13	(41.264,00)	1.394.282,73	126.530,77	29.167.689,63
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		975,66	0,00	0,00	(126.530,77)	(125.555,11)
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	39.399,08	0,00	39.399,08
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		3.908.617,47	(11.400,00)	0,00	0,00	3.897.217,47
Por Devolução (-)		(2.433.665,74)	0,00	0,00	0,00	(2.433.665,74)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	545.765,75	545.765,75
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	3.918.204,31	3.918.204,31
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(3.691.658,57)	(3.691.658,57)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.306.924,57	0,00	0,00	0,00	3.306.924,57
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	99.398,70	(99.398,70)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(49.699,35)	(49.699,35)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(275.317,99)	(275.317,99)
Saldos em 31/12/2023		32.470.992,09	(52.664,00)	1.533.080,51	347.895,45	34.299.304,05

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em Reais (R\$)

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2023		28.401.945,67	(40.317,00)	1.394.282,73	1.541.306,61	31.297.218,01
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	39.399,08	0,00	39.399,08
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		1.964.112,77	(12.347,00)	0,00	0,00	1.951.765,77
Por Devolução (-)		(1.201.990,92)	0,00	0,00	0,00	(1.201.990,92)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	545.765,75	545.765,75
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	2.376.897,70	2.376.897,70
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(3.691.658,57)	(3.691.658,57)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.306.924,57	0,00	0,00	0,00	3.306.924,57
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	99.398,70	(99.398,70)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(49.699,35)	(49.699,35)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(275.317,99)	(275.317,99)
Saldos em 31/12/2023		32.470.992,09	(52.664,00)	1.533.080,51	347.895,45	34.299.304,05

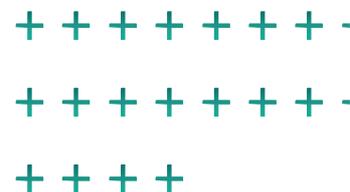


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores em Reais (R\$)

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		2.376.897,70	3.918.204,31	3.010.951,40
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		2.376.897,70	3.918.204,31	3.010.951,40

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



SICOOB CRED COPERCANA COOPERATIVA DE CRÉDITO NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **SICOOB CRED COPERCANA COOPERATIVA DE CRÉDITO**, doravante denominado **SICOOB CRED COPERCANA**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **13/11/1989**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

A **SICOOB CRED COPERCANA**, sediado à **RUA AUGUSTO ZANINI, N° 1559, CENTRO, SERTÃOZINHO – SP**, possui 1 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: PITANGUEIRAS – SP.

A SICOOB CRED COPERCANA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.747/2019, Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 Resolução CMN nº 4.924/2021.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 05/02/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

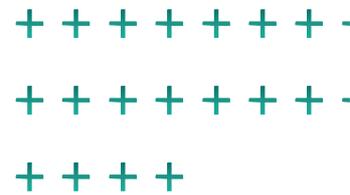
b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;
- iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023:** define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023,** altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.



2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

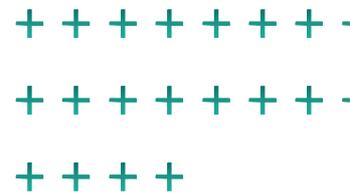
c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas e Títulos e Valores Mobiliários.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



j) Investimentos

Representam investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*".

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.



q) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

r) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.



s) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

w) Instrumentos Financeiros

A SICOOB CRED COPERCANA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	484.472,73	328.085,06
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	225.447,19	250.122,04
TOTAL	709.919,92	578.207,10

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito (a)	4.375.071,47	3.395.190,42
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito (a)	469.462,72	412.174,03
Títulos de Renda Fixa (b)	36.056.708,58	32.847.504,79
Cotas de Fundos de Investimento (c)	13.458.363,40	11.811.627,85
TOTAL	54.359.606,17	48.466.497,09

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

(c) As Cotas de Fundos de Investimento referem-se, substancialmente, em Fundo de Investimentos no SICOOB CENTRAL CECRESP, com remuneração de aproximadamente, 104,65% do CDI, com composição do fundo de 85% dos depósitos em outras instituições e 15% em títulos públicos.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.074.250,20	4.201.204,63	3.244.511,31
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	844.725,60	1.646.735,55	1.400.161,10
TOTAL	2.918.975,80	5.847.940,18	4.644.672,41

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	9.198.037,80	12.970.355,73	22.168.393,53	8.469.919,13	11.447.369,84	19.917.288,97
Financiamentos	2.351.898,52	5.942.258,36	8.294.156,88	2.338.993,72	6.489.189,21	8.828.182,93
Total de Operações de Crédito	11.549.936,32	18.912.614,09	30.462.550,41	10.808.912,85	17.936.559,05	28.745.471,90
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.130.523,59)	(2.332.185,66)	(3.462.709,25)	(896.040,26)	(1.821.850,26)	(2.717.890,52)
TOTAL	10.419.412,73	16.580.428,43	26.999.841,16	9.912.872,59	16.114.708,79	26.027.581,38

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA	-	Normal	8,51	231.038,97	231.047,48		606.887,27	
A	0,5%	Normal	9.283.541,90	3.528.879,16	12.812.421,06	(64.062,11)	10.867.723,46	(54.338,62)
B	1%	Normal	2.331.994,26	1.756.989,03	4.088.983,29	(40.889,83)	4.283.095,24	(42.830,95)
B	1%	Vencidas	162.060,23	14.916,79	176.977,02	(1.769,77)	2.912,27	(29,12)
C	3%	Normal	3.206.800,51	1.369.314,11	4.576.114,62	(137.283,44)	6.628.306,41	(198.849,19)
C	3%	Vencidas	52.840,03	-	52.840,03	(1.585,20)	15.217,38	(456,52)
D	10%	Normal	2.451.204,01	846.450,14	3.297.654,15	(329.765,42)	3.047.695,63	(304.769,56)
D	10%	Vencidas	457.595,76	59.473,38	517.069,14	(51.706,91)	53.008,30	(5.300,83)
E	30%	Normal	907.071,31	195.558,92	1.102.630,23	(330.789,07)	872.781,10	(261.834,33)
E	30%	Vencidas	219.314,21	9.508,55	228.822,76	(68.646,83)	9.654,92	(2.896,48)
F	50%	Normal	962.367,12	132.605,27	1.094.972,39	(547.486,20)	839.838,75	(419.919,38)
F	50%	Vencidas	249.046,91	87.435,07	336.481,98	(168.240,99)	26.053,44	(13.026,72)
G	70%	Normal	354.161,90	24.588,71	378.750,61	(265.125,43)	232.243,65	(162.570,56)
G	70%	Vencidas	372.071,47	2.690,08	374.761,55	(262.333,09)	29.955,09	(20.968,56)
H	100%	Normal	682.524,46	28.917,00	711.441,46	(711.441,46)	870.281,46	(870.281,46)
H	100%	Vencidas	475.790,94	5.791,70	481.582,64	(481.582,64)	359.817,53	(359.817,53)
Total Normal			20.179.673,98	8.114.341,31	28.294.015,29	(2.426.842,96)	28.248.852,97	(2.315.394,05)
Total Vencidos			1.988.719,55	179.815,57	2.168.535,12	(1.035.865,43)	496.618,93	(402.495,76)
Total Geral			22.168.393,53	8.294.156,88	30.462.550,41	(3.462.708,39)	28.745.471,90	(2.717.889,81)
Provisões			(3.070.329,72)	(392.379,53)	(3.462.709,25)		(2.717.890,52)	
Total Líquido			19.098.063,81	7.901.777,35	26.999.841,16		26.027.581,38	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	3.607.973,85	5.590.063,95	12.970.355,73	22.168.393,53	19.917.288,97
Financiamentos	633.499,20	1.718.399,32	5.942.258,36	8.294.156,88	8.828.182,93
TOTAL	4.241.473,05	7.308.463,27	18.912.614,09	30.462.550,41	28.745.471,90

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado – Comércio	78.311,84	-	0,23%	78.311,84	-
Setor Privado – Serviços	587.138,32	203.580,18	2,60%	790.718,50	4.087,11
Pessoa Física	21.502.943,37	8.090.576,70	97,18%	29.593.520,07	28.741.384,79
TOTAL	22.168.393,53	8.294.156,88	100,00%	30.462.550,41	28.745.471,90

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(2.717.890,52)	(1.941.080,38)
Constituições	(3.304.813,13)	(2.656.914,92)
Transferência para prejuízo no período	647.695,61	312.944,78
Reversões no período	1.912.298,79	1.567.160,00
TOTAL	(3.462.709,25)	(2.717.890,52)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	1.821.220,50	5,94%	1.762.779,47	5,99%
10 Maiores Devedores	5.559.017,49	18,14%	6.177.867,38	20,98%
50 Maiores Devedores	10.005.642,16	32,66%	10.371.308,60	35,22%
TOTAL DA CARTEIRA	30.639.555,46	100%	29.448.755,71	100%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	638.673,34	588.331,37
Valor das operações transferidas no período	840.538,24	357.083,17
Valor das operações recuperadas no período	(369.639,75)	(306.741,20)
TOTAL	1.109.571,83	638.673,34

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	206.610,66	64.014,39
Rendas a Receber (b)	137.126,48	73.088,46
Títulos e Créditos a Receber (c)	20.066,30	15.177,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	1.500,00	1.500,00
TOTAL	365.303,44	153.779,85

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Rendas de Convênios	1.394,20	844,89
Rendas de Cartões	132.236,65	68.615,01
Rendas de Poupança	845,31	-
Rendas de Transações Interfinanceiras	2.620,20	3.628,56
Outras Rendas a Receber	30,12	-
TOTAL	137.126,48	73.088,46

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 20.066,30);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	1.500,00	1.500,00
TOTAL	1.500,00	1.500,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(162.769,68)	(58.669,77)
TOTAL	(162.769,68)	(58.669,77)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
E	30%	Vencidas	23.569,42	23.569,42	(7.070,83)	6.778,54	(2.033,56)
F	50%	Vencidas	46.106,27	46.106,27	(23.053,14)	435,07	(217,54)
G	70%	Vencidas	14.297,82	14.297,82	(10.008,47)	1.273,70	(891,59)
H	100%	Vencidas	122.637,15	122.637,15	(122.637,24)	55.527,08	(55.527,08)
Total Vencidos			206.610,66	206.610,66	(162.769,68)	64.014,39	(58.669,77)
Total Geral			206.610,66	206.610,66	(162.769,68)	64.014,39	(58.669,77)
Provisões			(162.769,68)	(162.769,68)		(58.669,77)	
Total Líquido			43.840,98	43.840,98		5.344,62	

8. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	9.987,51	4.747,11
Devedores Diversos – País (a)	51.748,03	22.424,77
TOTAL	61.735,54	27.171,88

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar R\$ 51.748,03.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



9. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Móveis e equipamentos de Uso	10%	168.550,20	169.587,13
Sistema de Processamento de Dados	20%	191.305,50	195.924,50
Sistema de Transporte	20%	38.000,00	38.000,00
Total de Imobilizado de Uso		397.855,70	403.511,63
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(191.685,07)	(156.219,15)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(29.133,18)	(21.533,22)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(220.818,25)	(177.752,37)
TOTAL		177.037,45	225.759,26

10. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Depósito à Vista (a)	6.591.307,56	5.249.858,44
Depósito a Prazo (b)	36.515.780,79	34.783.015,91
TOTAL	43.107.088,35	40.032.874,35

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	2.391.001,44	5,28%	1.626.705,51	3,99%
10 Maiores Depositantes	9.533.330,14	21,06%	8.294.499,91	20,35%
50 Maiores Depositantes	22.283.831,88	49,23%	21.844.330,53	53,58%
TOTAL	45.266.483,10	100%	40.768.297,90	100%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.208.870,79)	(4.490.633,13)	(3.770.244,57)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(183.559,22)	(427.238,28)	(384.594,58)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(33.354,30)	(66.771,89)	(60.291,50)
TOTAL	(2.425.784,31)	(4.984.643,30)	(4.215.130,65)

11. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI	3.203.729,67	4.422.935,29
TOTAL	3.203.729,67	4.422.935,29

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 11-d – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

12. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos

	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros	33,80	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	539,46	55,23
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	51.421,25	9.726,66
TOTAL	51.994,51	9.781,89

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



(a) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Operações de Crédito - IOF	51.356,31	9.635,83
Federais	-	85,70
Estaduais	-	3.386,37
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	64,94	(3.381,24)
TOTAL	51.421,25	9.726,66

13. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	251.635,62	30.903,76	282.539,38	244.590,95	8.166,71	252.757,66
TOTAL	251.635,62	30.903,76	282.539,38	244.590,95	8.166,71	252.757,66

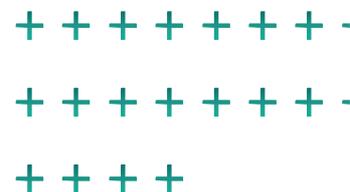
(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	8.008.044,46	5.639.703,75
TOTAL	8.008.044,46	5.639.703,75

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Outras Contingências	-	1.500,00	-	1.500,00
TOTAL	-	1.500,00	-	1.500,00

Segundo a assessoria jurídica da cooperativa, não existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível no ano de 2023.

14. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	2.100,88	1.647,37
Impostos e Contribuições sobre Salários	72.236,46	57.622,33
Outros (a)	298.138,46	219.374,13
TOTAL	372.475,80	278.643,83

(a) Segue a composição de Outros:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
IRRF sobre aplicações financeiras	10.596,77	11.194,85
PIS faturamento a recolher	134,47	154,71
COFINS a recolher	827,54	952,05
IRRF sobre juros ao capital	286.579,68	207.072,52
TOTAL	298.138,46	219.374,13

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



15. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	924.710,73	1.060.805,72
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	7.458,21	2.790,08
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	245.372,98	175.979,39
Credores Diversos – País (d)	16.000,32	16.068,95
TOTAL	1.193.542,24	1.255.644,14

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Provisão para Participações nos Resultados (a.1; a.1.1)	104.474,30	231.285,93
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	461.237,71	249.772,66
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	358.998,72	579.747,13
TOTAL	924.710,73	1.060.805,72

(a.1) A Gratificação, segundo o artigo 457 da CLT Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953) (Vide Lei nº 13.419, de 2017);

(a.1.1) A Participação dos Colaboradores no Resultado está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Despesas de Pessoal	153.942,26	130.392,43
Custos de Transações Interfinanceiras	841,70	782,79
Seguro Prestamista	38.145,79	28.536,76
Despesas com Cartões	45.180,36	16.258,32
Segurança e Vigilância	7.245,71	-
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	17,16	9,09
TOTAL	245.372,98	175.979,39

(d) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	107,40	9.867,24
Diferença de Caixa	73,12	25,87
Créditos de Terceiros	15.819,80	6.144,71
TOTAL	16.000,32	16.037,82

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	32.418.328,09	27.646.876,13
Capital Subscrito	32.470.992,09	27.688.140,13
(-) Capital a Realizar	(52.664,00)	(41.264,00)
Quantidade de Cooperados	5.014	4.226

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social (20%), utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Reserva	1.533.080,51	1.394.282,73

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2023** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2022** da seguinte forma:

- Para Conta Corrente, no valor de R\$ 126.530,77

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobra líquida do exercício	226.545,74	43.979,33
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(275.317,99)	(274.194,84)
(+) Reversão dos dispêndios de Fates	545.765,75	410.973,76
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	496.993,50	180.758,25
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(149.098,05)	(54.227,48)
(-) Reserva legal - 20%	(99.398,70)	(36.151,65)
(-) Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(49.699,35)	(18.075,83)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	347.895,45	126.530,77

20% para a Reserva Legal, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva além das destinações previstas no estatuto social.

10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ R\$ 3.691.658,57. Os critérios para o provisionamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

17. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	299.671,52	287.566,67
Impostos sobre Atos não Cooperativos	(24.353,53)	(13.371,83)
Resultado de Atos não Cooperativo (Lucro Líquido)	275.317,99	274.194,84

18. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	12.697,36	54.321,15	26.301,84
Rendas de Empréstimos	2.495.396,44	4.662.631,03	3.617.830,13
Rendas de Financiamentos	771.489,14	1.529.335,30	1.657.700,33
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	99.517,06	282.326,29	257.626,51
TOTAL	3.379.100,00	6.528.613,77	5.559.458,81

19. Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações em Fundos de Investimento

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
RDC – Pós Fixado	2.074.250,20	4.201.204,63	3.244.511,31
Rendas de Aplicações em Fundo de Investimento	844.725,60	1.646.735,55	1.400.161,10
TOTAL	2.918.975,80	5.847.940,18	4.644.672,41

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



20. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(2.425.784,31)	(4.984.643,30)	(4.215.130,65)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(812.111,29)	(1.642.105,37)	(1.155.809,48)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.054.631,75	1.912.298,79	1.567.160,00
Reversões de Provisões para Outros Créditos	31.024,52	42.606,44	6.785,65
Provisões para Operações de Crédito	(1.757.985,70)	(3.304.813,13)	(2.656.914,92)
Provisões para Outros Créditos	(139.781,86)	(292.197,47)	(72.840,21)
TOTAL	(3.237.895,60)	(6.626.748,67)	(5.370.940,13)

21. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	1.228,19	1.231,19	4,00
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	320.653,77	416.260,63	-
Rendas de Convênios	8.586,57	17.507,70	18.340,12
Rendas de Comissão	72.780,69	134.899,69	132.150,38
Rendas de Cartões	45.644,45	171.405,11	177.312,29
Rendas de Outros Serviços	125.275,01	253.469,88	287.388,29
TOTAL	574.168,68	994.774,20	615.195,08

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e máquinas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas a legislação tributária, contudo, por se originarem de relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao FATES de Resultados com Não Associados.

22. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	264.955,88	508.487,46	433.453,55
Rendas de Serviços Prioritários – PF	13.288,91	38.250,11	30.666,65
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	7.600,93	7.749,77	-
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	667,92	1.261,51	856,87
TOTAL	286.513,64	555.748,85	464.977,07

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



23. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(328.358,25)	(618.072,25)	(566.766,00)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(48.946,48)	(96.508,30)	(59.660,34)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(179.786,57)	(369.471,66)	(283.369,34)
Despesas de Pessoal – Proventos	(411.581,64)	(797.355,93)	(541.530,16)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(6.648,95)	(17.201,59)	(16.768,44)
TOTAL	(975.321,89)	(1.898.609,73)	(1.468.094,28)

24. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Aluguéis	(28.050,16)	(49.883,63)	(18.353,43)
Despesas de Comunicações	(32.734,49)	(57.627,22)	(19.012,03)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(4.342,08)	(8.011,54)	(4.121,21)
Despesas de Material	(7.820,54)	(15.821,14)	(22.537,96)
Despesas de Processamento de Dados	(100.965,16)	(196.436,67)	(169.580,18)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(18.663,28)	(36.292,87)	(19.338,40)
Despesas de Publicações	-	-	(900,00)
Despesas de Seguros	(14.917,13)	(20.892,04)	(6.179,25)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(112.123,82)	(289.415,92)	(471.690,32)
Despesas de Serviços de Terceiros	(47.507,23)	(85.799,42)	(47.301,29)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(53.750,92)	(107.449,79)	(101.426,57)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(161.092,89)	(315.535,24)	(215.398,19)
Despesas de Transporte	(3.413,21)	(5.606,70)	(1.944,79)
Despesas de Depreciação/Amortização	(26.014,16)	(52.345,01)	(41.174,29)
Outras Despesas Administrativas (a)	(219.240,66)	(488.148,40)	(521.992,46)
TOTAL	(830.635,73)	(1.729.265,59)	(1.660.950,37)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



a) As Outras Despesas Administrativas estão compostas:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Emolumentos judiciais e cartorários	(17.422,45)	(22.886,41)	(7.891,78)
Copa/cozinha	(1.674,56)	(4.235,26)	(2.900,77)
Lanches e refeições	(2.797,72)	(6.578,92)	(5.094,73)
Contribuição a OCE	(3.960,00)	(57.500,50)	(48.516,86)
Rateio de despesas da Central	(133.983,42)	(274.406,42)	(328.036,41)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(57.853,05)	(114.215,86)	(126.555,68)
Outras despesas administrativas	(1.549,46)	(8.325,03)	(2.996,23)
TOTAL	(219.240,66)	(488.148,40)	(521.992,46)

25. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(13.938,64)	(36.746,11)	(24.406,07)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(4.786,35)	(11.986,87)	(11.502,65)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(5.141,44)	(10.144,65)	(7.093,88)
TOTAL	(23.866,43)	(58.877,63)	(43.002,60)

a) Outros recolhimentos tributários estão compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
IRRF sobre aplicações financeiras	10.596,77	11.194,85
PIS faturamento a recolher	134,47	154,71
COFINS a recolher	827,54	952,05
IRRF sobre juros ao capital	286.579,68	207.072,52
TOTAL	298.138,46	219.374,13

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



26. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos	-	68.174,59	33.280,83
Distribuição de sobras da central	-	29.086,68	-
Outras rendas operacionais (a)	212.091,26	273.683,60	74.830,53
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	389.567,34	726.870,60	494.234,84
Juros ao Capital Recebidos da Central	483.528,11	483.528,11	365.237,94
TOTAL	1.085.186,71	1.581.343,58	967.584,14

a) As Outras Rendas Operacionais referem-se a recebimento pelo Serviço Prestado de Folha de Pagamento (Conta Salário) realizado ao Sicoob Cocred. Até meados de 2020 a Cocred não realizou processamento de folha (Conta Salário), no entanto para manter o vínculo com o associado à época a Cocred realizou convênio com o Sicoob Copercana para o processamento da folha (Conta Salário). Para alguns associados esse serviço ainda continua a ser prestado.

27. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(10.621,47)	(1.781,82)
Outras Despesas Operacionais	(16.583,38)	(25.857,99)	(13.166,52)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(261.426,01)	(367.433,93)	-
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(18.558,00)	(36.324,80)	(29.079,64)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(748,57)	(1.656,20)	(7.002,27)
Perdas - Fraudes Internas	(87.898,62)	(87.898,62)	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(294.525,80)	(545.765,75)	(410.973,76)
TOTAL	(679.740,38)	(1.075.558,76)	(462.004,01)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 21(a).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



28. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	-	-	14.856,56
Reversões de Provisões para Contingências	-	-	14.856,56
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(54.602,80)	(29.781,72)	(124.428,29)
Provisões para Garantias Prestadas	(215.129,26)	(384.182,59)	(324.598,79)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	160.526,46	354.400,87	200.170,50
TOTAL	(54.602,80)	(29.781,72)	(109.571,73)

29. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
(-) Outras Despesas Não Operacionais	-	(1.188,02)	-
TOTAL	-	(1.188,02)	-

30. Apuração de Resultado

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Sobre Atos não Cooperativos	-	(5.209,40)	0,00
Contribuição Social Sobre Atos não Cooperativos	-	(5.209,40)	0,00
TOTAL	-	(10.418,80)	0,00

31. Participações nos Resultados

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Participações nos Resultados	(64.984,30)	(159.767,35)	(126.372,99)
TOTAL	(64.984,30)	(159.767,35)	(126.372,99)

32. Juros ao Capital

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Juros ao Capital	(3.691.658,57)	(3.691.658,57)	(2.966.972,07)
TOTAL	(3.691.658,57)	(3.691.658,57)	(2.966.972,07)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 31 de dezembro de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	-	-	
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	241.448,10	1,1040%	3.964,15
TOTAL	241.448,10	1,1040%	3.965,15
Montante das Operações Passivas	462.578,94	2,5527%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023	
Empréstimos e Financiamentos	1,1051%
Aplicações Financeiras	4,8579%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



b) Montante total das operações ativas e passivas em:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	2.672,00	243,20	0,43%
Empréstimos	140.732,27	5.776,29	0,63%
Financiamentos	173.035,54	1.464,06	2,09%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	160.044,49	2,4360%	-
Depósitos a Prazo	1.503.612,89	4,1177%	1,0354%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	548.929,98	17,1341%	0,8287%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

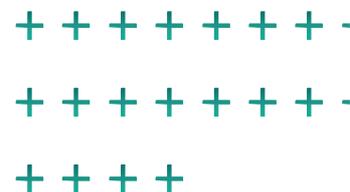
Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,5629%	48,40
Financiamentos	1,2300%	57,57
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	97,6349%	98,67
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,8154%	25,32

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	234.257,61
Financiamentos	234.741,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	107.205,84	110.629,98

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(328.358,25)	(618.072,25)	(566.766,00)

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2023	31/12/2022
1.469.329,08	1.431.146,80

34.2 Cooperativa Central

A SICOOB CRED COPERCANA, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CRED COPERCANA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	225.447,19	250.122,04
Ativo - Participações de Cooperativas	4.375.071,47	3.395.190,42
Ativo - Cotas de Fundos de Investimentos	13.458.363,40	11.811.627,85
Total das Operações Ativas	18.058.882,06	15.456.940,31

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rateio de Despesas da Central	(133.983,42)	(274.406,42)	(328.036,41)
Total das Despesas	(133.983,42)	(274.406,42)	(328.036,41)
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	844.725,60	1.646.735,55	1.400.161,10
Total das Receitas	844.725,60	1.646.735,55	1.400.161,10

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	29.948.250,15	25.725.563,12
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	62.175.079,97	55.435.811,98
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	48,17	46,41
Imobilizado para cálculo do limite	177.037,45	225.759,26
Índice de imobilização (limite 50%) %	0,59	0,88



37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.



37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.



As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.



O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.



Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

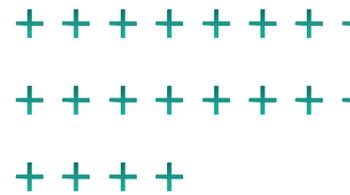
As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.



38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Sertãozinho-SP, 31 de janeiro de 2024.

**ANTONIO CLAUDIO RODRIGUES
CONTADOR -1SP181673/O-0**

**CARLOS HENRIQUE BONIFACIO DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO**



Nós, membros do Conselho Fiscal da Sicoob Cred Copercana Cooperativa de Crédito, com sede na rua Augusto Zanini, 1559, Jardim Sumaré, Sertãozinho/SP, inscrita no CNPJ 64.739.121/0001-32, nos termos do Estatuto Social e Regimento Interno, tendo examinado as contas contábeis e demais documentos, relativo ao período de 1º de janeiro de 2023 à 31 de dezembro de 2023, com base no parecer dos Auditores Independentes emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, emitido em 09 de fevereiro de 2024 e das respectivas notas explicativas sob responsabilidade da administração, declaramos que as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2023, refletem fielmente a escrituração das operações realizadas no âmbito administrativo e operacional e somos de parecer favorável a apreciação e aprovação destas pela Assembleia Geral Ordinária.

Sertãozinho-SP, 05 de março de 2024.

Juliano Bortoloti

Júlio Gustavo Burin

Flávio Ariel Tomazini

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Sicoob Cred Copercana Cooperativa de Crédito, CNPJ: 64739121 Sertãozinho – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicoob Cred Copercana Cooperativa de Crédito, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Cred Copercana em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.



Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

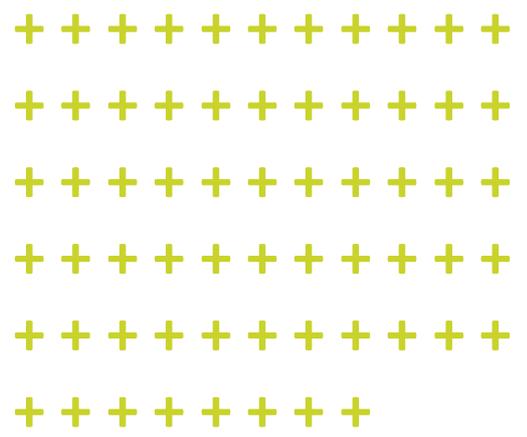
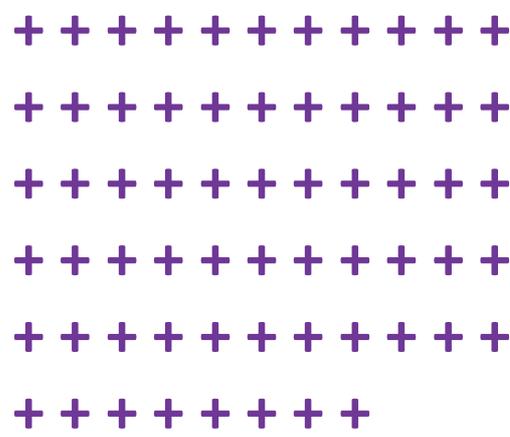
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 9 de fevereiro de 2024.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1



www.sicoob.com.br/web/sicoobcredcopercana



@sicoobcredcopercana



Rua Augusto Zanini, 1559 – Jardim Sumaré – 14170-550 – Sertãozinho-SP



(16) 3946-3315